



ANÁLISE DA VIABILIDADE DO DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES TURÍSTICAS NA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE, NO AMAPÁ

Maria Elza de Souza Braga ¹
José Francisco de Carvalho Ferreira ²

RESUMO

O turismo apresenta-se como proposta de desenvolvimento econômico e social em muitos espaços do Brasil e do mundo. Em unidades de conservação, o turismo como o que ocorre no PARNA da Tijuca e no PARNA do Iguazu, apresenta-se como exemplo de desenvolvimento do turismo em unidades de proteção integral. Dessa maneira, este trabalho objetiva estudar a viabilidade do desenvolvimento de atividades turísticas no Parque Nacional do Cabo Orange, no Estado do Amapá, apresentando propostas de atividades turísticas viáveis no local. Este, está localizado no norte do estado do Amapá, nos municípios de Calçoene e Oiapoque. Inicialmente, esta pesquisa utilizou, como método de abordagem, o método hipotético-dedutivo. A investigação deste estudo foi feita através da Análise SWOT. A coleta de dados desta pesquisa foi por meio da observação estruturada e a pesquisa *in loco* no Parque, visto que estas técnicas permitem uma melhor averiguação do objeto do estudo. Esta pesquisa utilizou como instrumentos de coletas de dados o *checklist* de infraestrutura turística, de infraestrutura básica e de atrativos naturais. Foram utilizados os formulários de inventário turístico de serviços e equipamentos de lazer e o de informações turísticas fornecidas pelo Ministério do Turismo. Foi realizada a observação direta intensiva, por via da entrevista. Por fim, foi observado que a curto e médio prazo é inviável o desenvolvimento do turismo no PNCO.

Palavras-chave: Unidades de Conservação, Oiapoque, Pororoca, Calçoene, Amapá.

RESUMEN

El turismo se presenta como una propuesta de desarrollo económico y social en muchas zonas de Brasil y del mundo. En las unidades de conservación, el turismo, como el que ocurre en PARNA da Tijuca y PARNA do Iguazu, se presenta como un ejemplo de desarrollo turístico en unidades de protección integral. Por lo tanto, este trabajo tiene como objetivo estudiar la viabilidad de desarrollar actividades turísticas en el Parque Nacional Cabo Orange, en el Estado de Amapá, presentando propuestas de actividades turísticas viables en el lugar. Está ubicado en el norte del estado de Amapá, en los municipios de Calçoene y Oiapoque. Inicialmente, esta investigación utilizó como enfoque el método hipotético-deductivo. La investigación de este estudio se llevó a cabo mediante análisis FODA. La recolección de datos para esta investigación se realizó mediante observación estructurada e investigación de sitio en el Parque, ya que estas técnicas permiten una mejor investigación del objeto de estudio. Esta investigación utilizó como instrumentos de recolección de datos la lista de verificación de infraestructura turística, infraestructura básica y atractivos naturales. Se utilizaron los formularios de inventario turístico de servicios y equipamientos de ocio y el formulario de información turística proporcionado por el Ministerio de Turismo. Se llevó a cabo una observación directa intensiva a través de entrevistas. Finalmente se observó que en el corto y mediano plazo el desarrollo del turismo en el PNCO es inviable.

Palabras clave: Unidades de Conservación, Oiapoque, Pororoca, Calçoene, Amapá.

¹ Mestre em Geografia- UNIFAP, professora do IFPA, maria.braga@ifpa.edu.br;

² Doutor em Geografia e Planejamento Territorial- FCSH Portugal. Professor da UNIFAP zcofer@unifap.br.



INTRODUÇÃO

O turismo, é uma proposta de desenvolvimento econômico e social utilizado em muitos espaços no Brasil e em outros países. Podemos citar, no Brasil, os estados do Nordeste que desenvolvem o turismo de sol e praia, que atrai milhares de turistas anualmente. O turismo de eventos no Rio de Janeiro é o que mais atrai visitantes, seja no carnaval ou no réveillon na Praia de Copacabana. No norte do Brasil, o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, em Belém do Pará, lota todas as unidades habitacionais nos meses de setembro e outubro. Em Parintins, no Amazonas, o Festival Folclórico de Parintins divide além do bumbódromo, fragmenta a cidade em vermelho e azul, incluindo todos os patrocinadores, que se rendem às cores dos bois, para agradar a todos.

No estado do Amapá, a atividade turística é concentrada na capital, Macapá, por conta dos monumentos Marco Zero do Equador, Museu Fortaleza de São José de Macapá, Pedra do Guindaste e outros, porém, o estado possui atrativos ao longo do interior do estado, como a Praia do Goiabal, a Cachoeira Grande, a Cachoeira de Santo Antônio, o Parque Arqueológico do Solstício, e várias unidades de conservação.

A problemática deste trabalho está relacionada às dificuldades de se impulsionar o turismo em uma unidade de conservação, visto que durante o planejamento das atividades, devem ser considerados o mercado, aceitação da população receptora e os impactos em meio à natureza, buscando assim, gerar mais benefícios que prejuízos. A hipótese apresentada é de que é viável o desenvolvimento de atividades turísticas no Parque, visto que a unidade possui paisagens belas, acervo natural rico que podem ser atrativos turísticos, além da localização, visto que a unidade de conservação faz parte da área fronteira do Oiapoque - Guiana Francesa.

A atividade turística no parque faz-se presente como proposta de utilização do parque. É citado inclusive na Missão do Parque Nacional do Cabo Orange, estabelecido no Encarte 4 do Plano de Manejo (2010, p. 120)

A Missão do Parque Nacional do Cabo Orange

Preservar as áreas marinhas, úmidas costeiras, manguezais e ainda, as florestas e manchas de cerrado amazônico, e a fauna associada, através da proteção de seus ecossistemas, da integração com a comunidade do entorno do turismo ecológico e histórico, ordenado e consciente, do incentivo à educação ambiental e da busca por conhecimento cultural e científico.



Além do turismo, citado acima, um dos objetivos citados no Plano de Manejo é o de tornar o parque referência para o Turismo de Base Comunitária (TBC), uma vez que a visitação e o turismo inibem as ações predatórias e degradantes. Em relação à categoria geográfica de análise, a paisagem foi utilizada neste estudo, uma vez que a paisagem de um espaço, para a atividade turística, tem uma grande notabilidade, visto que os guias turísticos, informativos, revistas e outros meios de divulgação utilizam fotografias ilustrando as paisagens dos locais que são destinos turísticos. Santos (2020) afirma que o termo paisagem é comumente usado ao invés da configuração territorial. E o autor continua ao falar da paisagem:

Esta é o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente. (SANTOS, 2020, p. 103).

Com isso, ao relacionar a paisagem com o turismo, tanto o dinamismo quanto a fisionomia da paisagem em locais de interesse do turismo sofrem modificações por conta da demanda, tornando-a, um objeto de consumo da atividade turística (SOARES; MEDEIROS; FILHO, 2013).

Quanto aos objetivos específicos deste estudo estão o de pesquisar o contexto histórico/social da criação do Parque; analisar a relação geografia e turismo em unidades de conservação, norteadas pela categoria de análise da paisagem; apontar dimensões facilitadoras e inibidoras do desenvolvimento sustentável do turismo e apresentar propostas de atividades turísticas viáveis no Parque Nacional do Cabo Orange, mediante a identificação dos pontos fortes e fracos, oportunidades e ameaças, com base na matriz SWOT acerca do turismo no parque, tendo como objetivo geral analisar os fatores que favorecem ou dificultam o desenvolvimento do turismo sustentável no Parque Nacional do Cabo Orange, no estado do Amapá.

O PARNA do Cabo Orange foi a primeira unidade de conservação federal criada no Amapá e a vigésima primeira do Brasil. O PNCO teve sua criação “recomendada, em meados da década de 1970, pelo Projeto RADAM” (ICMBIO, 2010 p. 66) e segundo Cirne e Nôleto (2020, p. 183) a criação “balizada pelo Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento Arco Norte (ENID) e pela Iniciativa para Integração Regional Sul Americana”. A demarcação territorial do Parque, conforme o decreto de criação, compreende o perímetro abaixo descrito:

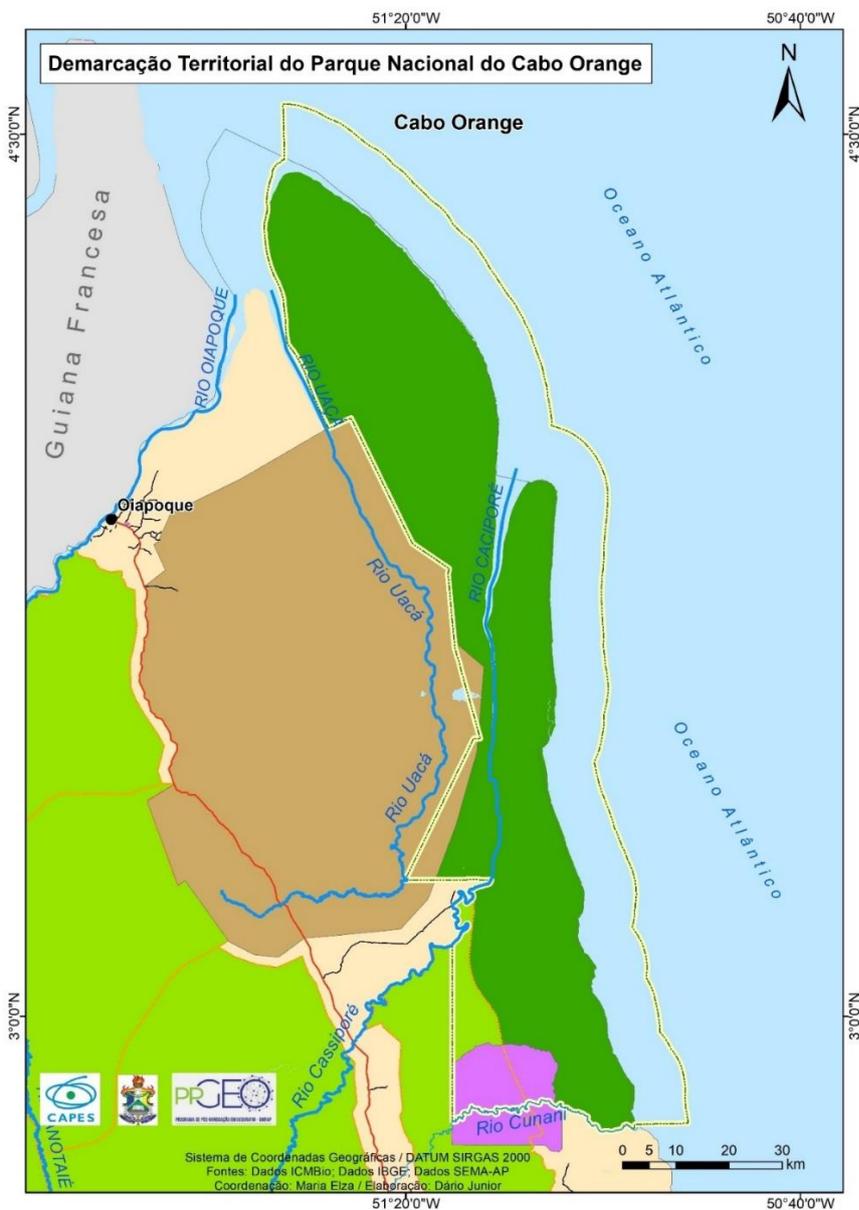
Principia no ponto de demarcação do Parque Indígena Uaçá (marco nº 1), segue pelo seu limite norte, até o marco nº 15 e, partindo deste, no sentido sul, passa pelos marcos nº 14,13,12,11,10 e 8, sendo este último localizado no rio Uaçá; Continua no sentido



oeste- leste por uma linha seca, com um comprimento de 15km, até o rio Cassiporé; Daí prossegue subindo o rio Cassiporé, pela sua margem direita, até a picada que liga as localidades de Vila Velha e Cunani; Segue, no rumo sul, numa distância aproximada de 45,0km, até o rio Cunani, donde desce acompanhado a sua margem esquerda até o oceano Atlântico; Segue costa, numa faixa marítima de 10km de largura, passando pelos locais denominados Ponta do Marrecal, Cabo Cassiporé, Ponta da Costa, até o Cabo Orange; Daí sobe acompanhado a margem direita do rio Uaçá até encontrar o ponto inicial (BRASIL, 1980).

A seguir, o Mapa 1 ilustrando as demarcações citadas no decreto de criação, exibido os limites do Parque:

Mapa 1- Demarcação Territorial do Parque Nacional do Cabo Orange



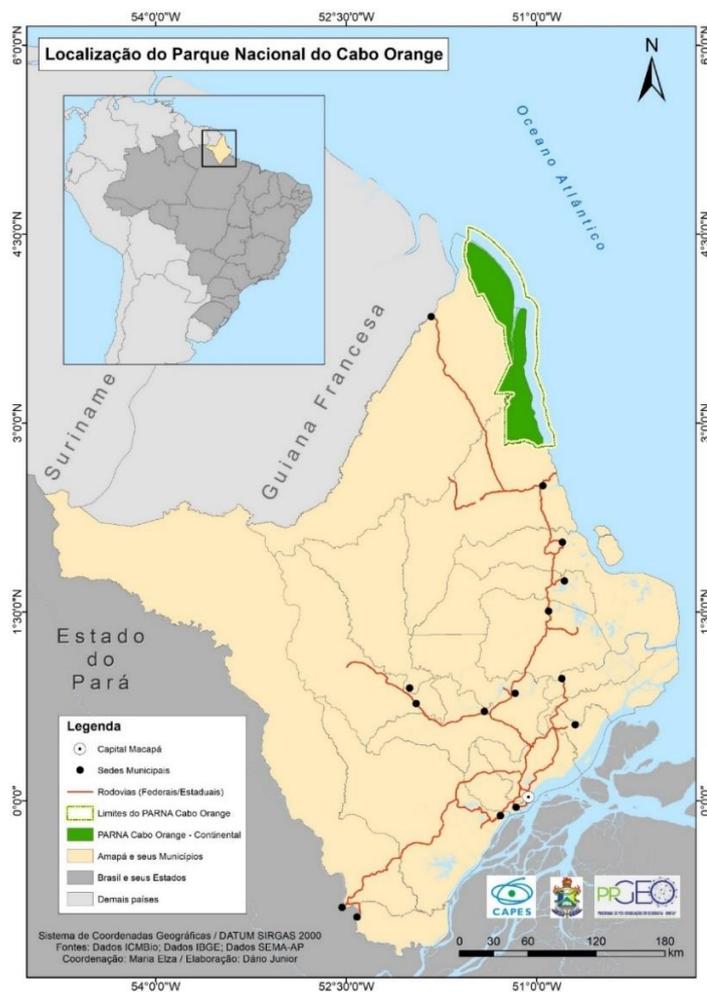
Fonte: Dados ICMBIO, IBGE E SEMA-AP. Elaboração Dário Junior. Coordenação Maria Elza. 2022.

O Parque Nacional do Cabo Orange está localizado nos municípios de Calçoene e Oiapoque, no estado do Amapá, região norte do Brasil. O objetivo principal da criação do mesmo é de "proteção da flora e da fauna e das belezas naturais existentes, no local" (BRASIL, 1980). Este, foi criado através do Decreto nº 84.913 de 15 de julho de 1980, na época, no Território Federal do Amapá, conforme o Artigo 1º citado abaixo:

Art.1º Fica criado, no Território Federal do Amapá, o Parque Nacional do Cabo Orange, com área estimada em 619.000 ha (seiscentos e dezenove mil hectares), subordinado ao Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal-IBDF, autarquia federal vinculada ao Ministério da Agricultura. (BRASIL, 1980)

No MAPA 2, pode ser observado a localização do Parque Nacional do Cabo Orange, destacado em verde no Amapá, bem como os seus limites.

Mapa 2- Localização do Parque Nacional do Cabo Orange



Fonte: Dados ICMBIO, IBGE E SEMA-AP. Elaboração Dário Junior. Coordenação Maria Elza. 2022.



A origem do nome do parque ocorreu no período das grandes navegações no século XVI, nas quais, depois de "longas tratativas, Portugal e Espanha negociavam o resultado da grande aventura a que haviam se lançado: o descobrimento do caminho marítimo das Índias" (SARNEY; COSTA, 2004, p. 36), que resultaram nas expansões territoriais dos reinos no continente americano, bem como encontraram novas fontes de recursos naturais, em especial ouro e prata nas colônias estabelecidas.

Foi por conta de inúmeras hostilidades no norte do Brasil colônia, entre os portugueses, franceses, ingleses, espanhóis e holandeses, que o PARNA recebeu o nome, sendo que os holandeses, em homenagem à realeza de seu país, batizaram o local com o nome da cor que é a marca nacional da Holanda, resultando em Cabo Orange (MMA, 2015). Sarney e Costa (2004, p. 36) apresentaram os outros nomes que o local já recebeu. Segundo os autores,

O cabo Orange, limite norte da costa do Brasil, é também o fim deste país afogado, destas partes que mar e terra disputam. Marco do Oiapoque, visto por Vicente Pizón na viagem inaugural e por ele chamado de cabo de São Vicente, chamou-se ao longo dos anos de Cecyll, Conde, Corde, até fixar-se no nome dado pelos holandeses (SARNEY; COSTA, 2004, p. 36).

Os nomes recebidos ao longo dos séculos, citados pelos autores acima, se devem à questão do posicionamento do PARNA, que é fundamental, por isso os conflitos, que se iniciaram no período de expansão marítima do século XVI só foram solucionados séculos depois conforme Almeida afirma (2007, p. 105):

O parque está situado num ponto estratégico da América do Sul, que tem um histórico de muitas disputas. Esta região esteve sob domínio de espanhóis, ingleses, franceses, portugueses e holandeses. Somente no século XIX, numa corte internacional na Suíça, ficou estabelecido o limite do Brasil.

No dia 1º de dezembro de 1900, foi entregue o Laudo Suíço³ que certificaria os limites entre Brasil e França, citados por Almeida, ilustrado na Figura 1.

³Vistos os fatos e os motivos expostos, o Conselho Federal Suíço, na sua qualidade de Árbitro chamado pelo Governo da República Francesa e pelo Governo dos Estados Unidos do Brasil, segundo o Tratado de arbitramento de 10 de abril de 1897, a fixar a fronteira da Guiana Francesa e o Brasil certifica, decide e pronuncia: 1º Conforme o sentido preciso do artigo 8º do Tratado de Utrecht, o rio Japoc ou Vicente Pinzón é o Oiapoque, que se lança no oceano imediatamente a oeste do cabo de Orange e que por seu thalweg forma a linha fronteira. Fonte: *LAUDO ARBITRAL de 1900 - Brasil/França*. Berna, 1 de dezembro de 1900. Disponível em: <<http://www.info.lncc.br/gtt1900.html>>. Acesso em: 25 nov 2022



Figura 1- Foto do Monumento Laudo Suíço- Oiapoque



Fonte: Maria Elza (2022).

METODOLOGIA

Para Marconi e Lakatos (2021, p. 107) “o método caracteriza-se por uma abordagem mais ampla, em nível de abstração mais elevado, dos fenômenos da natureza e da sociedade”, por isso, esta pesquisa utilizará, como método de abordagem o Método hipotético-dedutivo, o qual Marconi e Lakatos (2021, p. 108) definem como “percepção de uma lacuna nos conhecimentos sobre o qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese”.

A coleta de dados desta pesquisa foi por meio da observação estruturada e a pesquisa in loco no PARNA do Cabo Orange, utilizando 3 checklist, desenvolvidos especificamente para a pesquisa, e formulários nas pesquisas de campo e investigação por meio da observação no Parque e na área de entorno, visto que estas técnicas permitem uma melhor averiguação do objeto do estudo.

Foi realizada a observação direta intensiva, por via da entrevista, com os profissionais que atuam no PNCO, em Agências de Turismo Receptivo, nas Secretarias Estaduais e Municipais de Turismo (Calçoene e Oiapoque) e de Meio ambiente do município de Oiapoque e com professores da UNIFAP, que atuam em áreas de interesse da Geografia e do Turismo em Unidade de Conservação.

A investigação deste estudo foi feita por intermédio da Análise SWOT, que consiste em ajudar a ampliar a visão do contexto estratégico, por meio de fatores internos ao Parque, como as Forças (strengths) e as Fraquezas (weanknesses) e fatores externos ao PARNA, como Oportunidades (opportunities) e Ameaças (threats). Os fatores internos podem ser controlados diretamente pela organização, uma vez que são fatores intimamente relacionados ao cotidiano do Parque. Já os fatores externos, não podem ser controlados, porém, são essenciais sua compreensão para o planejamento estratégico do turismo no Parque. Porto et al. (2020, p. 4), revela que:

A análise SWOT é comumente utilizada em diagnósticos de municípios em que a aplicação tem produzido diagnósticos confiáveis. No Brasil, a análise SWOT tem sido utilizada como apoio para destinos turísticos no que se refere ao planejamento turístico da localidade.

Através da Análise SWOT, pode-se observar aspectos não tão óbvios do PNCO e do turismo em outras unidades de conservação. A verificação dos dados que serão obtidos será realizada por duas etapas, consoante a Análise SWOT.

REFERENCIAL TEÓRICO

CONEXÕES DA GEOGRAFIA COM O TURISMO

A conexão do turismo com a geografia é profunda e significativa. A geografia tem um papel fundamental na forma como o turismo é planejado, desenvolvido e experimentado. A geografia determina os locais que podem se tornar destinos turísticos. Paisagens naturais deslumbrantes, como praias, montanhas, rios e florestas, bem como locais históricos e culturais,

são escolhidos como destinos turísticos com base em suas características geográficas únicas. O planejamento e desenvolvimento de destinos turísticos leva em consideração fatores geográficos, como uso da terra, topografia, recursos hídricos e zonas de conservação. Isso ajuda a evitar problemas ambientais e maximizar o uso sustentável dos recursos.

A geografia influencia o clima de uma região, afetando diretamente o tipo de turismo que pode ocorrer. Destinos tropicais, como o Brasil, atraem turistas em busca de sol e praias, enquanto destinos de inverno são procurados por entusiastas de esportes de neve. Com isso, Aranha (2014, p. 23) afirma que “no turismo, o clima, na maioria dos casos, representa um considerável fator de estímulo para viagens, passeios, lazer, bem como a prática de esportes e competições”. As estações do ano e as condições climáticas influenciam as atividades turísticas disponíveis.

A geografia aponta a presença de aeroportos, rodovias e outras infraestruturas de transporte é influenciada pelas características geográficas de uma área. Para Fernandes (2014, p. 41) exemplifica que “a localização dos hotéis é uma informação turística geográfica”. As condições geográficas também podem impactar a acessibilidade interna dos destinos, como a construção de estradas de montanha ou trilhas em áreas remotas. A geografia desempenha um papel importante no desenvolvimento do ecoturismo, onde os turistas visitam áreas naturais e sensíveis para apreciar a biodiversidade e a paisagem. A compreensão da geografia local é crucial, o que Santos (2014, p. 121) enfatiza que “os profissionais [...] do ecoturismo devem ter em mente que parte das áreas naturais estão protegidas por meio de unidade de conservação”, o caso do PNCO, visando minimizar os impactos ambientais negativos e promover a sustentabilidade.

Os locais culturais e históricos muitas vezes estão localizados em áreas geográficas específicas. A geografia influencia a forma como esses locais são preservados, gerenciados e promovidos como atrações turísticas e o turismo, segundo Silva (2010, p. 94) “promove a proteção do patrimônio cultural e natural da humanidade, pois sem ele não há atividade turística cultural”. A geografia é essencial para atividades de turismo de aventura, como escalada, caminhadas e rafting, que dependem das características geográficas do terreno, em consonância com o que afirmam Palhares, Jorge e Guerra (2021, p. 28) “esses elementos, destaca-se o relevo a sua utilização pelo turismo”. O geoturismo também se concentra em locais com significado geológico, como vulcões, formações rochosas e cavernas.



No turismo urbano e rural a geografia das cidades e áreas rurais influencia o tipo de turismo que ocorre. Cidades oferecem uma variedade de atrações culturais e de entretenimento, enquanto áreas rurais podem atrair turistas em busca de tranquilidade e experiências agrícolas.

Em síntese, a geografia é um fator essencial na determinação de onde o turismo acontece, como ele é desenvolvido e que tipos de experiências os turistas podem ter. O entendimento e compreensão da geografia local é fundamental para criar experiências turísticas autênticas e sustentáveis.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao vislumbrar as possibilidades de desenvolvimento do turismo na área do Parque Nacional do Cabo Orange e nas comunidades do entorno do PARNA, é perceptível as potencialidades a serem lapidadas para o uso da atividade turística.

O ecoturismo é o segmento do turismo mais adequado a ser desenvolvido no Parque, considerando as paisagens naturais existentes nos rios, mangues, cerrado e várzea, bem como o fenômeno que ali ocorre como a Pororoca no rio Cassiporé e a concentração sazonal de aves migratórias. Já o turismo de base comunitária, se apresenta como forma de gestão das atividades turísticas na área de sobreposição do PNCO com a histórica Vila do Cunani, no município de Calçoene, conforme a Missão do PNCO e também no assentamento rural da Vila Velha do Cassiporé, localizada no entorno do Parque, no Oiapoque, local onde já ocorreu a experiência de Turismo de Base Comunitária através de parceria do Brasil com a França. Para tanto, são necessárias melhorias nas infraestruturas básicas e implantação de infraestruturas turísticas nos locais citados.

A localização estratégica do Parna apresenta limitações dicotômicas, em razão do posicionamento na fronteira Brasil-Guiana Francesa, ser favorável na captação dos turistas estrangeiros em contraparte, possuir um acesso complexo, tornando difícil a visitação do local, uma vez que para visitar o acesso norte e central do Parque é necessário utilizar a rodovia BR 156, ramais e embarcações.

Por se tratar de unidade de conservação, as políticas públicas são mais específicas por conta do Parque ser unidade de proteção integral, conforme Gomes (2007, p. 107) fala sobre o turismo:

O turismo em UC para ser produzido necessita de critérios para sua implementação. Essa modalidade tem que obedecer aos princípios da conservação ambiental. De fato,



isso se torna uma realidade a partir da sensibilidade de que os formuladores de políticas ambientais, gestores de UC e interessados em investimentos nessas áreas protegidas possam coletivamente buscar estratégias que conciliem turismo, conservação e geração de rendas. Percebe-se que o turismo em UC torna-se uma atividade constitutiva da política a ser implementada. Assim, desde que planejada e participativa, tem tudo para dar sustentação às atividades econômicas das comunidades residentes dentro e no entorno das UC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final desta pesquisa pôde-se concluir que a atividade turística é possível de ser implementada no Parque Nacional do Cabo Orange. Contudo, essa atividade não pode ser desenvolvida de qualquer modo, por se tratar de uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, e não pode, igualmente, ignorar as comunidades locais, que podem desempenhar um papel central na manutenção do Parque e nas atividades nele promovidas. Assim se conclui que para o desenvolvimento do turismo no Parque, é necessário selecionar/promover segmentos do turismo compatíveis com a natureza do mesmo. E, para que isso aconteça, parcerias têm de ser feitas entre as entidades públicas e privadas e as comunidades locais, mediante a promoção do Turismo de base comunitária.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Raphael Carvalho. Tempo, Clima e Turismo *in* ARANHA, Raphael de Carvalho. GUERRA, Antonio José Teixeira (org). Geografia aplicada ao turismo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014, cap 1, p. 7-27

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 84913, de 14 de julho de 1980. Diário Oficial da União, Brasília, ano 1980.

CIRNE, Mariana Barbosa. NÔLETO, Luiza Parro. Parque Nacional do Cabo Orange *in* LEUZINGUER, Márcia Diegues. SANTANA, Paulo Campanha. SOUZA, Lorene Raquel de (Org.) Parques Nacionais do Brasil. 2020. Brasília: CEUB. cap. 5, 183-192

ICMBIO, MMA. Parque Nacional do Cabo Orange. Plano de Manejo Encarte 4. Brasília, 2010.

FERNANDES, Manoel do Couto. Conceitos e Aplicação Cartográficas diante das necessidades da cartografia turística *in* ARANHA, Raphael de Carvalho. GUERRA, Antonio José Teixeira (org). Geografia aplicada ao turismo. São Paulo: Oficina de Textos, 2014, cap 2, p. 28-55



GOMES, Eduardo Lima dos Santos. **Turismo no entorno do Parque Nacional do Cabo Orange, Amapá**. Belém, 2007 p. 116. Dissertação de Mestrado (Programa De Pós-Graduação Interdisciplinar em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) UFPA

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria; MEDEIROS, João Bosco. **Metodologia do trabalho científico: Projeto de pesquisa; Pesquisa Bibliográfica**. Teses de Doutorado; Dissertações de Mestrado, Trabalho de Conclusão de Curso. 9ª ed. São Paulo: Gen Atlas, 2021.

SILVA, Fernando Fernandes. Turismo Internacional do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade *in* PHILIPPI JR, Arlindo. RUSCHMANN (Edit) *Gestão Ambiental e Sustentabilidade no Turismo*. São Paulo: Manole, 2010, cap 5, p. 83-95

PORTO, Bruno Matos; PHILIPPI, Daniela Althoff; VENDRAMIN, Elisabeth de Oliveira. O planejamento estratégico do turismo em um destino turístico sulmatogrossense: uma análise calcada na ferramenta da matriz SWOT. *Research, Society and Development*, p. 1-28, jul. 2020.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4 ed. São Paulo: EdUSP, 2020. 394 p. (Coleção Milton Santos).

SANTOS, Rosana dos. Biogeografia aplicada ao Turismo *in* ARANHA, Raphael de Carvalho. GUERRA, Antonio José Teixeira (org). *Geografia aplicada ao turismo*. São Paulo: Oficina de Textos, 2014, cap 5, p. 117-130

SARNEY, José; COSTA, Pedro. *Amapá: a terra onde o Brasil começa*. 2 ed. Brasília: Senado Federal, v. 35, f. 270, 2004. 269 p. (Coleção Brasil 500 anos).

SOARES, Ilton Araújo; MEDEIROS, Carla Stefanea Cabral de ; SALES FILHO, Antônio. Análise de Paisagens Turísticas da Praia de Jenipabu (RN) com a Utilização de Indicadores de Qualidade Visual: Uma Contribuição para o Turismo Sustentável. *Caminhos da Geografia, Uberlândia*, v. 14, n. 45, 27 março 2013. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/16772>. Acesso em: 30 nov/2022.